

PERFIL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE BELÉM, PARÁ

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

LIMA; Eldianne M. de¹, SANTOS; Jane dos², OLIVEIRA; Fabíola S. de³, BELTRÃO; Manuela⁴

RESUMO

PERFIL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE BELÉM, PARÁ

Eldianne M. de Lima¹; Jane dos Santos¹; Fabíola S. de Oliveira¹ & Manuela Beltrão²

¹Professoras da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará

²Semec Belém/Fibra, Pará

RESUMO

As fases de avaliação e diagnóstico realizadas pelo professor especialista da educação especial são basilares na prática docente e norteiam o planejamento de ações durante o ano letivo. Este estudo descreveu as características gerais dos estudantes do ensino fundamental alvo da modalidade de educação especial atendidos no primeiro semestre de 2024 de uma escola da rede pública municipal de Belém, Pará.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado, ensino fundamental; rede de apoio e espectro autista.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e na garantia de direitos educacionais para estudantes com necessidades educacionais especiais. O AEE é realizado por professor especialista em Educação Especial e na rede pública municipal ele acontece na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). O professor a SRM desempenha um papel fundamental na inclusão escolar, pois é responsável pela avaliação e diagnóstico das necessidades educacionais dos estudantes. Com isso, ele desenvolve e implementa estratégias pedagógicas adaptadas, como a adaptação de materiais didáticos e a criação de atividades específicas para promover a aprendizagem e a inclusão escolar. Ademais, ele fornece apoio emocional e social, ajudando os alunos a se integrar no ambiente escolar e colaborando com os professores do ensino regular para adaptar suas práticas e estratégias de ensino. Logo, o papel do professor do AEE é multifacetado e essencial para o sucesso da inclusão escolar de estudantes da educação especial.

Nesse sentido, para a eficácia do AEE, é fundamental a compreensão detalhada dos estudantes público-alvo pois permitirá que o professor especialista identifique as necessidades individuais e coletivas, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas e inclusivas, assim como, será possível otimizar o atendimento e promover uma educação que valorize suas potencialidades e respeite suas diferenças, garantindo uma inclusão escolar mais efetiva e equitativa.

QUESTÃO PROBLEMA

¹ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, SEMEC/Belém, Pará, eldiannelima@gmail.com

² Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, janemaria.santoscm@gmail.com

³ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, sampaiofafa3d@gmail.com

⁴ SEMEC Belém/Fibra, manubel.bestrao@gmail.com

No início de cada ano letivo, a praxi pedagógica do professor no AEE consiste no planejamento de ações no qual precisa a priori responder os seguintes questionamentos sobre os estudantes matriculados na sala de aula regular que constituirá como o público-alvo do AEE: qual é a demanda? quais suas principais características? como essas características podem influenciar na formação continuada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adequadas para atender suas necessidades educacionais?

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo principal delimitar o perfil do público-alvo do atendimento educacional especializado matriculados no primeiro semestre de 2024 em uma escola municipal de ensino fundamental de Belém, Pará. Para isso foram levantados os dados sobre o perfil demográfico, tipo de condição, grau de necessidades no processo de aprendizagem e socialização e a mediação na sala de aula regular.

REFERENCIAIS

Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, ficou estabelecido que a escola inclusiva deve proporcionar um ambiente de aprendizagem onde todos os educandos possam aprender juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças (BRASIL, 1994). Esse modelo de inclusão é fundamentado na premissa de que a educação deve ser adaptada para acomodar a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade para todos, sem exceção. De acordo com teóricos como Romeu Sasaki e Maria Teresa Mantoan, e documentos internacionais sobre educação especial inclusiva, o ensino inclusivo visa a integração de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, promovendo uma educação que respeite a diversidade e atenda às necessidades individuais (SASSAKI, 1997; BRASIL, 1994).

Conforme as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço educacional complementar e/ou suplementar oferecido no contraturno escolar, que visa atender às especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. O AEE é estruturado para fornecer apoio e recursos que facilitem a inclusão desses estudantes no ensino regular, assegurando que suas necessidades educacionais sejam plenamente atendidas. Este atendimento é realizado por profissionais especializados em educação especial que empregam métodos e estratégias pedagógicas diferenciadas para promover o desenvolvimento acadêmico, social e pessoal dos educandos.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado em uma escola da rede pública de ensino municipal localizada no bairro de São Brás, centro de Belém, no estado do Pará. Ela possui dois turnos, manhã (de 7:30 às 11:30h) e tarde (de 13:30 às 17:30h) com turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. No primeiro semestre de 2024 foram matriculadas 830 crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos de idade distribuídas em 30 turmas. O levantamento de estudantes com necessidades especiais foi realizado por meio de demanda espontânea de pais/responsáveis e professores, assim como, por busca ativa na secretaria da escola. Os pais/responsáveis preencheram ficha de cadastro e assinaram o Termo de Compromisso e Autorização de Imagem e Som, em seguida, foi realizado anamneses, diagnóstico e avaliação do estudando. Esses instrumentos constituem como padrão do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (Crie) da Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec).

A caracterização dos estudantes matriculados quanto ao perfil demográfico foram: idade (anos), gênero biológico ao nascer (masculino e feminino), ciclo (I ao IV) e turno (manhã e tarde). Os tipos de condição foram classificadas em deficiência visual (DV), auditiva (DA), intelectual (DI), física (DF) e múltiplas (DM), transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação (AHS) (BRASIL, 2009), e em avaliação (AV) quando o estudante foi encaminhado pelos professores da

¹ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, SEMEC/Belém, Pará, eldiannelima@gmail.com

² Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, janemaria.santoscm@gmail.com

³ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, sampaiofafa3d@gmail.com

⁴ SEMEC Belém/Fibra, manubel.bestrao@gmail.com

sala regular. Já o grau de necessidades no processo de aprendizagem e socialização foi estimado em nível leve, médio e alto, e também se precisava ou não de mediador/facilitador em sala de aula regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro semestre de 2024, 7% (57 estudantes) dos estudantes matriculados no ensino regular receberam o atendimento educacional especializado em uma escola municipal de ensino fundamental de Belém, Pará. Eles possuíam faixa-etária entre 6 e 18 anos, 2/3 deles (35 estudantes) eram do sexo masculino e estavam distribuídos de forma equitativa nos turnos da manhã e tarde. Em relação ao quantitativo de estudantes por faixa-etária e ciclo, 19% dos estudantes tinham entre 6 e 11 anos de idade e estavam no CI, 18% tinham entre 10 e 12 anos e estavam no CII, 37% possuíam entre 10 e 18 anos e estavam no CIII, e 33% dos estudantes tinham entre 13 e 18 anos no CIV. Por conseguinte, observamos que mais que 2/3 dos estudantes correspondentes aos ciclos intermediário e de consolidação da alfabetização, respectivamente, com distorção entre faixa etária e série entre 3 e 5 anos de idade.

Quanto ao tipo de condição dos estudantes do AEE, 40% deles tinha TEA, 26% tinha DI, 24% estava em processo de AV, 4% tinha DF, 4% tinha DM, 2% tinha DV e nenhum estudante tinha DA e AHS. Dentro da condição de TEA, havia 74% de estudantes sem comorbidade associada e 26% possuía associação com DI, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e apraxia da fala. A avaliação pedagógica sobre o grau de necessidades no processo de aprendizagem e socialização, indicou que 53% dos estudantes encontram-se com grau leve, 32% com grau médio e 16% com grau alto. Ademais, 54% necessitavam de mediador individualizado na sala de aula regular sendo que destes 68% estavam na condição de TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos estudantes do ensino fundamental atendidos na Educação Especial na rede de ensino municipal da escola foco desta pesquisa aponta para a necessidade implementar ações que reduzam a distorção entre faixa etária e série através de programas de intervenção precoce, acompanhamento individualizado e práticas pedagógicas diferenciadas podem ajudar a alinhar melhor a idade cronológica dos estudantes com seu progresso acadêmico.

Também é fundamental a resignificação constante das práticas docentes, seja o professor da Educação Especial ou professor regente, por meio da formação continuada considerando o educando no espectro autista, por fazer parte de uma demanda considerável no AEE, e o aporte de mediadores em sala de aula regular. No mais, investimentos tanto no aumento na equipe técnica quando na formação continuada com ênfase na educação de autistas passa ser um dos pilares para que toda a rede de apoio institucional (os profissionais que atuam direta e indiretamente) possa ser fortalecida e desenvolva habilidades e conhecimentos necessários para atender às demandas desses estudantes de forma adequada e integral e assim promover a inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

PALAVRAS-CHAVE: atendimento educacional especializado, ensino fundamental,

¹ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, SEMEC/Belém, Pará, eldiannelima@gmail.com

² Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, janemaria.santoscm@gmail.com

³ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, sampaiofafa3d@gmail.com

⁴ SEMEC Belém/Fibra, manubel.bestrao@gmail.com

¹ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, SEMEC/Belém, Pará, eldiannelima@gmail.com
² Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, janemaria.santoscm@gmail.com
³ Professora da Sala de Recursos Multifuncionais, Semec Belém, Pará, sampaiofafa3d@gmail.com
⁴ SEMEC Belém/Fibra, manubel.bestrao@gmail.com